

# A DANÇA DA HISTORIOGRAFIA: INTERPRETAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS, DA TEORIA E DA PRÁTICA NO CAMPO DA HISTÓRIA

**Antônio Carlos Pinto Silva Júnior<sup>1</sup>**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

[anтониopscarl@gmail.com](mailto:anтониopscarl@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de concepção da história para jovens pesquisadores, partindo da premissa de desconhecimento sobre o que é a história, sua finalidade e sua validade como ciência. Demais, pretende-se apontar o papel do docente-historiador na educação e a relação entre teoria e prática historiográfica no ensino. Por conseguinte, é utilizado como uma de suas principais bases teóricas os escritos de Marc Bloch e conceitos como: tempo, homem, passado e presente, além de buscar analisar a prática educativa feita por historiadores, os quais consequentemente atuam na docência. Para além disso, utiliza-se a ideia de “práxis” estabelecida pelo intelectual Leandro Konder, a redirecionando para o contexto de ensino. Conclui-se que, a história, como fonte de conhecimento, é verossímil, útil e dispõe de diversas oportunidades. O historiador educador é convidado, diariamente, a prosseguir em busca das pegadas do homem no tempo, analisando-o como um agente em movimento, participante da ciência em marcha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fazer historiográfico; homem; história; docente-historiador; práxis

## INTRODUÇÃO

Marc Bloch, um dos maiores historiadores medievalistas do século XX, diz em sua obra, “Apologia da História: ou o ofício do historiador”, como um pai ao seu filho amado que “...o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” (BLOCH, 2001, p. 54). Contudo, não busco adentrar nas especificidades do texto de Bloch e nem discutir a grandeza deste seu último trabalho. Atendo-me a utilizá-lo como base para refletir acerca do fazer historiográfico e seus desdobramentos no ensino de História, protagonizado por docentes-historiadores<sup>2</sup>, compreendido como um processo de natureza subjetiva, se manifestando de maneira singular para cada sujeito que se propõe a percorrer o caminho da historiografia.

Recordo-me que, Bloch chegou à minha trajetória no componente curricular Introdução aos Estudos Históricos, éramos uma turma de 40 alunos e mais alguns agregados, o sol vespertino ardia por meio do calor típico da cidade de Feira de Santana, interior da Bahia, e de modo quase religioso, ainda lembro-me de quando

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7739-5358>

<sup>2</sup> Credito a expressão “docente(s)-historiador(es)” ao Mestre em História Valter Guimarães Soares docente da Universidade Estadual de Feira de Santana. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0356339989732364>.

senti ecoar pela primeira vez a frase: “a história é a ciência dos homens no tempo”. Isso em uma terça-feira qualquer.

Todavia, hoje, enxergo tais palavras como um senso comum, uma explicação basilar e sucinta do que é a história. No entanto, aos olhos de um jovem estudante, elas saltaram e brilharam como os vagalumes da noite brasileira de Braudel.<sup>3</sup> Doravante, é perceptível que as noções e conceitos sobre a história, como campo epistemológico, não se mostram claros para aqueles que iniciam sua caminhada na historiografia, assim sendo, insurge uma limitação para exercer a teoria e prática na docência da história. Dentre os problemas conceituais, observa-se como os principais as seguintes questões: Qual a finalidade da história? A história é ciência? O que é fazer história? Como a história é a ciência dos homens no tempo? Assim, o objetivo central deste trabalho é discutir e problematizar tais questões, articulando-as ao campo da prática de ensino da história, visando estabelecer um diálogo com o papel do historiador e o papel docente.

## 1. O Historiador

Para alcançar o objetivo de discutir o conceito de história, faz-se necessário, inicialmente, recorrer a declaração que abre a magnífica apologia da história feita por Bloch, que diz: "Papai, então me explica para que serve a história." (BLOCH, 2001, p. 41). Pessoalmente, sinto-me atraído pela ternura depositada nesta oração, pois, a história necessita “servir aos doutos, isso é óbvio, mas também precisa servir aos escolares” (BLOCH, 2001, p. 41), aos sem instrução, aos coadjuvantes, enfim, ao homem comum.

O que é a história já sabemos, ora, a história é a ciência dos homens no tempo, logo, a história pode ser concebida como uma ciência em marcha, em eterna construção, na medida em que se dedica a análise dos homens em movimento ao longo do tempo. Ao fazer tal afirmativa, não busco referir-me a uma marcha inexorável do progresso, como faziam os positivistas anteriores a nós, com suas ideias teleológicas. Não se trata de um fim em si mesmo, um tempo cronológico linear ou um ciclo inescapável, mas sim pôr o homem no tempo como objeto de análise. Uma vez

---

<sup>3</sup> Fernand Braudel (1902-1985). Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. Na obra, o autor utiliza a metáfora dos “vagalumes na noite brasileira” para explicar o brilho momentâneo dos acontecimentos históricos diante das estruturas mais profundas da história.

que, por séculos, a noção de história como mera datação influenciou a idealização do que é a história para os intelectuais e para o homem comum, assim, não se colocava em foco o processo histórico e nem o homem por trás deste, mas detinha-se ao acontecimento congelado no tempo. Abraçar essa premissa, refiro-me à história como datação, é negar possibilidades, a diversidade e a pluralidade do humano como um ser subjetivo.

Para além disso, ao analisar tal afirmativa de maneira rasa, e trato da constatação da ciência dos homens em marcha, pode-se depreender que existe um desejo de criar um protagonismo para o homem, no sentido de beatificá-lo, ou seja, lhe colocando no centro de modo distante. Faço uso de um corriqueiro exemplo: São Tomás de Aquino. Pode-se pensá-lo como o grande homem que foi, seus feitos e enfim, sua cristalização para santo. No entanto, isso não é pensar historicamente e nem entender com precisão o homem no tempo. São Tomás não se resume a um feito, sua história ocorreu enquanto houve ar em suas narinas. O que busco dizer é, em suma, o homem no tempo não pode ser definido de maneira simplificada, ou seja, sua vida não está definida em um ato que se tornou “fato histórico”. Seu nascimento, desenvolvimento, juventude e velhice, tudo é, sobretudo, material para o historiador.

O homem no tempo está em constante mudança, não será possível demarcá-lo, catalogar o seu comportamento como algo inerte. Traz luz sobre essa causa, o apologeta: “A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade.” (BLOCH, 2001, p. 68) Sendo um animal pensante, seus padrões não poderão ser definidos como são definidos os padrões de um cão. A quase um século atrás, o homem, e esclareço que o uso de “homem” como um sinônimo para toda a humanidade, creditava sua certeza em um mundo como era, sem a possibilidade de mudança, ascensão ou transformações estruturais. Hoje, na contemporaneidade, esse pensamento mudou. Inúmeros processos de modificação da realidade ocorreram e estão ocorrendo neste exato momento, aquele que se deitar para o descanso nessa noite, não despertará o mesmo pela manhã.

Destarte, ao definir o homem no tempo como centro da análise, recusa-se a ideia da história como uma ciência que estuda o passado, uma vez que o passado por si só não pode ser objeto de uma ciência e a prática científica não se define pelo seu objeto. Aquele que decide pleitear a causa da história, buscará ferramentas que questionem seus documentos, fontes, que elejam a possibilidade da falseabilidade e

crítica ao que é tido como verdade. Categoricamente, Bloch diz:

Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. Resta, portanto, nos perguntarmos se, segundo nos aproximemos ou afastemos do momento presente, as próprias técnicas da investigação não deveriam ser tidas por essencialmente diferentes. (BLOCH, 2001, p. 68)

Por isso, a história se apodera do passado, não de maneira desordenada e irracional, mas é na medida em que o passado é habitado pelo homem, ou seja, pela humanidade, em sua temporalidade específica, metodologicamente, de modo universal e singular em cada período.

Guimarães Rosa, em sua obra “Grande Sertão: Veredas” disse: “Diabo não há! É o que eu digo, se for... existe é o homem humano. Travessia.” (ROSA, 1994, p. 875) Se o que existe é o homem em sua totalidade, deve-se a ele o protagonismo da história, o foco é o comportamento humano ao longo das temporalidades, seres míticos já não importam, mas sim o homem humano. O apologeta nos diz:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. (BLOCH, 2001, p. 54).

Lembre-mos, onde há carne humana, aí há a caça do bom historiador — os homens e seus rastros.

Posto isso, subentende-se que o processo de compreensão da história tende a ser árduo. Bloch afirma que:

Mas a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento. Limitar-se a descrever uma ciência tal qual é feita será sempre traí-la um pouco. É mais importante dizer como ela espera ser capaz de progressivamente ser feita. (BLOCH, 2001, p. 46).

Com isso, poderíamos pensar, de maneira análoga, ao trabalho rural. Imaginemos um agricultor. O lavrador trata a terra por horas, dias, semanas e até meses antes de efetuar a plantação; após sua espera, há de lançar suas sementes na esperança de que o suor que escorre em seu rosto cansado, cai e molha a terra seca seja recompensado com uma boa colheita. Após meses de aguardo, o seu “roçado” não vingou, todo o seu empenho foi desperdiçado, o tempo investido não retornou por meio dos frutos, sendo assim, restará ao trabalhador erguer a sua cabeça

e recomeçar todo o processo de plantação, tendo convicção de que comerá do fruto do seu trabalho.

Em relação aos que labutam com a História, não há diferenças. O historiador deve reconhecer suas limitações, abraçar o desconhecimento e se debruçar continuamente sobre as fontes, buscando interpretar a “coisa em movimento” anteriormente citada. Deve-se entender que, o historiador é quem constrói um lugar para a morte da vida, lembrando aquilo que a sociedade escolheu esquecer. Dado isso, torna-se inseparável a reflexão crítica da realização prática do ofício, haja vista que, refletir é persistir e persistir é prosseguir.

No entanto, para aqueles que não apreciam ou não compreendem a magnitude da história, ela se parece mais com algo inútil ou descartável, uma vez que sua utilidade não se relaciona com o imediatismo contemporâneo. Para Bloch, “...a natureza de nosso entendimento o leva muito menos a querer saber do que a querer compreender. Daí resulta que as únicas ciências autênticas são, ..., aquelas que conseguem estabelecer ligações explicativas entre os fenômenos.” (BLOCH, 2001, p. 45). E ele procede, categoricamente:

O problema da utilidade da história, no sentido estrito, no sentido “pragmático” da palavra útil, não se confunde com o de sua legitimidade, propriamente intelectual. Este, a propósito, só pode vir em segundo lugar: para agir sensatamente, não será preciso compreender em primeiro lugar? Mas sob pena de não responder senão pela metade às sugestões mais imperiosas do senso comum, este problema tampouco poderá ser elucidado (BLOCH, 2001, p. 45).

Ou seja, aqueles que não enxergam sua utilidade em grande maioria não a compreenderam. O senso comum os leva a crer que conhecem a infinitude dessa matéria, enxergam-se como detratores ou possuidores dela, porém nada sabem, negaram-se a conhecer sobre aquilo que de vã maneira discursam. Tais atos, diluem o provérbio árabe trazido por Bloch em sua defesa: “Os homens se parecem mais com a sua época do que com seus pais” e o mesmo ainda afirma que: “Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.” (BLOCH, 2001, p. 60).

No mundo contemporâneo, o processo se redesenha de igual modo ao século passado, dado que tal qual os intelectuais do século XX não incorporaram essa máxima, no século XXI, as grandes mentes da história não reagiram a incumbência de entendê-la com exatidão. O erro se baseia em deixar de lado a força modeladora do presente, a qual pode ser mais imediata que a herança familiar.

Dessarte, no que tange o processo histórico, o presente é elencado como uma chave para compreensão, visto que nós perguntamos ao passado a partir dos questionamentos presentes, rebuscando com as ferramentas atuais, no fio da navalha, cuidando para não cair em anacronismo. Vale destacar que, o passado jamais mudará, o homem, sendo o centro das inquietações da historiografia, não pode mudar aquilo que já se passou, porquanto, deve-se questionar com novas indagações, inquerindo questões sobre o objeto e não o transformando a seu bel prazer.

Outrossim, a concepção da história se apresenta de maneira não imediata e o homem moderno, escravo dos estímulos dopaminérgicos das redes sociais, tende a não encontrar prazer em absorver a história, observar a história, sentir a história. A esses, de maneira profética, Bloch diz: “Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador” (BLOCH, 2001, p. 66).

O olhar desencantado, apático e indolente não abarcará o fazer historiográfico, pois negará a vida acontecendo ao seu redor, e atentar-se a essa vida em movimento constitui a essência do que é ser historiador e não um velho antiquário. O processo de compreensão histórico, em especial o seu apogeu manifestado na prática histórica, é alicerçado na paciência. A espera, guiada pelo anseio de saber e o impulso de analisar, fundamenta o ato de pensar historicamente. Contudo, o nosso entendimento não se sente atraído em compreender com exatidão o desvelar dos acontecimentos à nossa volta, e repete-se a mesmíssima atitude em relação às coisas já passadas.

Tal ato, não interfere somente na compreensão do passado como objeto de análise, mas sim na ação presente e nas formas de enxergar o momento posterior e anterior àquele que se vive. Pois, a condição de ignorância interfere para além da reflexão, inibindo a prática e as possibilidades de agir. É preciso perceber que a história é um esforço constante de análise para desvendar as relações entre o que é vivido pelos homens em diferentes eras. O ato de desinteresse ignora uma ideia basilar da historiografia: não existem cortes abruptos. O passado não desaparece, ele se torna o presente e é enxergado a partir do mesmo.

Para além disso, é papel do historiador, como já foi dito, trazer à memória o que a sua sociedade gostaria de esquecer. Faço referência a obra cinematográfica

“Das schreckliche Mädchen”<sup>4</sup>, que teve seu título traduzido no Brasil para “Uma Cidade Sem Passado”, o filme foi dirigido por Michael Verhoeven e inspirado na trajetória de Anna Rosmus.

A narrativa se dá em volta de Sonja Rosenberger, uma jovem estudante que decide realizar uma pesquisa sobre o posicionamento de sua pequena cidade durante o Terceiro Reich. Vale destacar que a versão oficial e divulgada pelos órgãos responsáveis da cidade, declara um processo de resistência ao regime de Adolf Hitler.

Após questionamentos e debruçamento sobre os documentos, a protagonista encontra fontes que comprovam a colaboração ativa de líderes locais e famílias bem quistas na comunidade com o regime nazista. Com isso, a jovem passa a sofrer perseguições sistematizadas, violência verbal e tentativas de silenciamento e deslegitimação de seu trabalho. O filme cria um dualismo claro: de um lado a memória coletiva, identitária e afetiva; de outro, a investigação histórica fundamentada em documentação e crítica das fontes.

O debate da Alemanha pós-guerra, feito por Rosmus, o qual posteriormente se tornou filme, dialoga de maneira interseccional ao dever do historiador, pondo em vista que, assim como a pesquisadora se dedicou, questionou, problematizou e trouxe de volta os mortos que incomodavam, o historiador deve assim fazer em sua práxis. Porquanto, se torna dever ético refletir sobre o passado, por meio de pistas deixadas pelos fenômenos e eventos, exercendo a atividade intelectual com excelência.

Para isso, além de compreender para que é a história, o que é a história e como analisá-la e discuti-la, é primordial o que está por traz da execução do bom historiador, o seu empenho intelectual.

Ao iniciar sua defesa da história, Marc Bloch diz:

Se a história, não obstante, para a qual nos arrasta assim uma atração quase universalmente sentida, só tivesse isso para se justificar, se fosse apenas, em suma, um amável passatempo, como o bridge ou a pesca, valeria a pena todo o esforço que fazemos para escrevê-la? (BLOCH, 2001, p. 44).

E prossegue em seu questionamento: “Mas aqui uma nova pergunta se coloca: o que, precisamente, torna legítimo um esforço intelectual?” (BLOCH, 2001, p. 44).

Ao discutir sobre a legitimidade da história, cai-se em uma “via de mão dupla”, pois pensar na legitimidade da história está intrinsecamente relacionado a pensar na

---

<sup>4</sup> Michael Verhoeven (dir.). Uma cidade sem passado. Alemanha Ocidental: Filmverlag der Autoren; Sentana Filmproduktion; Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF), 1990.

utilidade da mesma e por conseguinte, pensar sobre o seu (des)uso, fato que já foi discutido aqui.

No que tange o debate sobre sua legitimidade e seu caráter científico, a História não se restringe ao campo epistemológico, sendo confirmada no âmbito institucional, como demonstra a Lei nº 14.038/2020, promulgada no contexto de efervescência política popular, ao reconhecer a necessidade de uma formação baseada em princípios teóricos e metodológicos para o exercício da profissão de Historiador e regulamentar o ofício como profissão legítima, dessa forma, contribuindo para o esclarecimento e fortalecimento da história como ciência necessária. Assim sendo, mesmo que ainda existam práticas que indiquem desprezo pelo profissional e pelo seu campo de atuação, o que posteriormente acarreta questionamentos sobre a história como um todo, a regulamentação formal em conjunto as instâncias legais conferem maior consistência ao debate.

“A história vale a pena”, disse um sábio acadêmico que conheço. É preciso buscar compreender os seus processos, mergulhar em sua metodologia. Urge, atentar-se para cada detalhe que a constitui, favorecendo a afirmação dita anteriormente; sua valia não se baseia em valores materiais, o trabalho feito intelectualmente está enraizado na sutil crença da contribuição, crença essa que está baseada em fazer pela humanidade. Ora, se a história é a ciência dos homens no tempo, o homem também faz por sua categoria ao analisar a si mesmo em determinada temporalidade. O trabalho historiográfico jamais se tornará inútil enquanto o homem puder agir em seu tempo. A partir de tal premissa, é possível destacar uma coisa: O homem, a vida e a história se precisam mutuamente, sem um, não creio que venha a existir o outro, dado que, para viver o homem claramente necessita do fôlego de vida e ao exercer essa vida, ele cria uma história pessoal; valores, traumas e anseios, tudo isto forma o homem, sua vida e sua história.

Certamente, pensar no exercício historiográfico como algo aquém da subjetividade do sujeito, não é pensar com clareza. A ciência em marcha é uma ciência singularmente plural. Homens e mulheres constroem histórias únicas, fundamentadas em sua temporalidade e vivências, mas de mesmo modo, criam memórias compartilhadas e afetivamente plurais.

Em “Uma Cidade Sem Passado”, os moradores de Pfilzing, com apoio das forças institucionais, estabelecem uma memória comum, a qual cegamente age de modo negacionista da perspectiva histórica. Negam a verdade, negam a possibilidade

de saber, negam seus erros. As vivências dolorosas daquele povo se tornaram um incômodo, apagaram-se a mentira tão afetivamente que Sonja, a protagonista da obra, ao exercer seu trabalho de historiadora, foi violentamente reprimida. Com isso, pode-se enxergar a seguinte questão: as memórias se tornam plurais mesmo que sejam individuais, e em certa medida esse apreço pelo passado idealizado pode se tornar uma ação reacionária, como é visto na obra cinematográfica citada.

Diante do exposto, verifica-se que a compreensão sobre as definições da História parte de uma fragilidade que evidencia a necessidade de articular o fazer historiográfico a prática docente, posto que tal entendimento teórico só se efetiva por meio da articulação entre o ensino da história e o aprofundamento conceitual, dimensões que, posteriormente, serão apresentadas como pedra angular do fazer historiográfico.

## **2. O Docente-Historiador**

A princípio, evidencia-se que a prática historiográfica está intrinsecamente ligada à atuação docente. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como se dá o ensino da história para os docentes-historiadores, uma vez que o ato de ensinar não corresponde somente a passagem de conteúdos, mas uma troca mútua de saberes, onde os sujeitos aprendem uns com os outros, estabelecendo uma relação de respeito no ensino e na aprendizagem.

Para o ensino de história, é basilar reconhecer, como já foi dito, a história do homem comum e sua ação como agente histórico. O docente-historiador, ao pensar no campo da aprendizagem, seleciona, interpreta e relaciona os conteúdos a história vivenciada cotidianamente pelo discente. Tal relação implica em reconhecer aquele que aprende como fonte histórica, isto é, compreender que existe a possibilidade de usar da vida como objeto de análise, conforme já exposto no tópico anterior.

Dessa maneira, Bloch diz: A história tem o papel de “servir aos doutos, mas também precisa servir aos escolares” (BLOCH, 2001, p. 41) O historiador, em seu pleno ofício, devolve o seu trabalho para a sociedade por meio de pesquisas, discussões concretas, críticas afiadas e lembrando a sociedade do passado que ela enterrou. Já o historiador docente, retribui a sociedade com a educação dos “escolares”, cuidando para que o conhecimento histórico chegue às novas gerações.

Logo, o ensino da História configura-se como um processo de mediação do

conhecimento, na qual o docente analisa e interpreta diferentes fontes, tornando-as acessíveis aos estudantes. Tal mediação se mostra necessária, na medida em que nem todos os jovens se sentem, de modo imediato, atraídos por obras densas, como: “Os Sertões” de Euclides da Cunha.<sup>5</sup> Assim sendo, é dever do professor, como um profissional do ensino, tornar processos historiográficos complexos em um conteúdo com significado para o aluno, de certo modo, traduzi-lo, explorando para além do disposto no documento, relacionando, por exemplo, a antiga cidade de Canudos com a sua realidade.

Consequentemente, aquilo que antes se apresentava como extensos blocos com uma gama de informações passa a ser compreendido como uma narrativa de luta e resistência, protagonizada por Antônio Conselheiro<sup>6</sup>, cuja trajetória pode ser interpretada para além dos limites do texto escrito, sendo reconhecida também em suas dimensões do cotidiano.

Porquanto, é fato que existe a necessidade de conhecer grandes nomes como: Caio Prado Júnior, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg ou E. P. Thompson, dentre outros. No entanto, transformar as teorias elaboradas por estes autores da escrita historiográfica em conteúdos didáticos compreensíveis aos estudantes, revela-se como um dos principais desafios para a prática docente.

Ademais, vale salientar que o campo do ensino da história não tem como única dificuldade a transposição do saber, pois, na sociedade vigente, o ato de ensinar carrega consigo certas problemáticas. Dentre as tais, pode-se destacar: a burocratização do ensino, o ambiente insalubre, a carga emocional, entre outros fatores determinantes para o processo de ensino-aprendizagem. É perceptível, porquanto, que a realidade docente não se resume à teoria discutida na universidade, mas perpassa pela busca da reinvenção diária como profissional do ensino, mesmo num cenário de condições precárias para o professor. Nesse sentido, é pertinente refletir como, em meio a tantos percalços, é possível relacionar a teoria e prática no processo de ensino da história, tendo como pressuposto que a educação não deve ser beatificada, como é feito a algumas figuras históricas, já que a mesma em seus múltiplos desdobramentos, é passível de críticas.

---

<sup>5</sup> Euclides da Cunha (1866-1909), Os Sertões. Publicada em 1902, a obra analisa a Guerra de Canudos (1896-1897) a partir da experiência do autor como correspondente da guerra.

<sup>6</sup> Antônio Conselheiro (1830-1897) foi um líder religioso e social do sertão nordestino, fundador da comunidade de Canudos e figura central no conflito da Guerra de Canudos (1896-1897).

Assim sendo, surge como possibilidade utilizar parte do processo de formação, refiro-me aos anos de graduação, como pano de fundo para a análise, dado que, muito se escuta nos cursos de licenciatura que: “A educação é a maior arma de transformação da sociedade.” Porém, a repetição mecânica e constante da afirmação retira da mesma o seu significado, pois por estar nos holofotes com a constante repetição, acaba-se por não a trazer à realidade com a prática.

Leandro Konder, muito sabiamente definiu em sua obra “O Futuro da Filosofia da Práxis”, a prática como algo uno a teoria, pois, para existência da prática pede-se a teoria e para cremos na funcionalidade da teoria carecemos da prática. Para Konder:

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 2018, p. 123)

Tenho plena ciência de o que Leandro Konder buscava neste livro era a crítica ao uso do conceito de práxis revolucionária e a maneira como o processo de transformação política vinha sendo tratado e discutido pelos idealizadores de sua época. Mas, também é possível definir o ato de ensinar como um ato revolucionário, então sua citação torna-se de grande valia para esta discussão.

O processo de ensino não se reduz à simples transmissão passiva do conteúdo, mas é enraizada na construção ativa do conhecimento. É preciso, antes de tudo, reconhecer que os alunos não são copos vazios a serem preenchidos com o conhecimento do professor, dado que não são objetos materiais e sim agentes temporais subjetivos.

Entendendo a práxis por meio das lentes de Konder, leva a subentender que agir sem reflexão leva a criticidade, concluindo que a prática inexiste sem a teoria, pois a prática é orientada pela teoria e a teoria é um conjunto de conceitos, interpretações e explicações que orientam a prática numa relação dialética. Para o docente-historiador, isso é manifestado avidamente, pois é necessário compreender a teoria, como já foi dito, saber dos grandes doutos, mas é na prática que tudo isso é culminado. O cotidiano educacional leva o profissional docente a entender conceitos, mas também a compreender as vivências de seus discentes, produzindo novas

reflexões a partir tanto da teoria quanto da prática — a práxis.

Ou seja, novamente é preciso pontuar, o aluno jamais será um quadro branco disponível a ser pincelado pelo cabedal teórico do professor, ao chegar em sala de aula ele trará uma bagagem particular com as suas experiências, opiniões e valores morais. Posto isso, o docente-historiador usará da teoria para chegar à compreensão da prática manifesta no cotidiano dos alunos, acolhendo-os e observando as suas histórias pessoais, já que eles também constituem o conceito de Bloch, pois são “homens no tempo”.

Práxis e teoria são interligadas, interdependentes. A teoria é um momento necessário da práxis; e essa necessidade não é um luxo: é uma característica que distingue a práxis das atividades meramente repetitivas, cegas, mecânicas, abstratas. (KONDER, 2018, p. 123)

A práxis educativa não está somente no campo das ideias, logo não se trata de contemplação. Observar de maneira contemplativa é negar para a realidade o direito de transformação. O educador transforma com as letras. Não caberá a ele o típico papel de super-herói americano, mas o de agente histórico. Agir, diga-se de passagem, é mover-se. O processo de aprendizagem do docente-historiador é interminável, acredito que, assim como os dos outros educadores, então ensinar torna-se uma constante em direção ao aprender. Pois, não se ensina aquilo que outrora não se aprendeu, tal atitude é configurada como desonestidade intelectual.

O que, então, permite pensar a educação do educador? O que permite pensar uma ação historicamente situada, que parte das circunstâncias constituídas e incide sobre elas, transformando-as? Não poderia ser a atividade de um sujeito definitivamente constituído, que escaparia a transformação das condições objetivas, exerceria sobre elas seu poder de modificá-las, mas permaneceria, ele mesmo, “exterior” a elas (isto é, careceria de enraizamento na objetividade e perderia sua condição de sujeito concreto). (KONDER, 2018, p. 125)

A ação de educar-se constantemente, protagonizada por aqueles que exercem a docência, é uma obrigação que beira um princípio moral. O sujeito, para transformar o mundo, transforma-se a si mesmo, por meio do conhecimento, ou seja, para transformar os indivíduos, primeiro ocorrerá a mudança interior, que é manifestada também no exterior.

A práxis transformadora no campo do ensino da História, ocorre no princípio da educação, já que sendo uma ciência complexa e indomável, só seria contemplada com o processo rigoroso de educar a si mesmo como docente-historiador e, posteriormente educar os outros. Compreendendo a palavra, mas também o mundo

que a carrega.

Portanto, a transformação, obviamente, parte do pressuposto de não ter uma postura de interpretação passiva do presente, da realidade como está posta, se capacitando para reconhecer os elementos que criam o mundo e o impede da possibilidade de mudança por meio da educação. Haja vista que, a práxis manifestada na educação é um dos fundamentos para compreender o chão da sala de aula, o docente-historiador a tem, a usa e a defende. Dessa forma, a relação entre teoria e prática torna-se essencial para a realização de um ensino de História crítico e significativo, no qual o docente-historiador assume a função de mediador na construção do conhecimento.

## **CONCLUSÃO**

Por fim, é imprescindível analisar o ofício do historiador por meio das dinâmicas educacionais, as suas manifestações e pelo olhar do docente-historiador no contexto escolar. Dado isso, hei de gastar minhas últimas linhas reafirmando o que foi dito e retornando para sala de aula quente, a qual estava repleta de grandes mentes, onde ouvi o estalar da história soar com: “A história é a ciência dos homens no tempo”.

Compreendo com clareza essa afirmação, porém buscarei ir para além disso, pois a história é a vida em andamento e eu, sujeito do meu tempo, participo com gozo do dançar da historiografia. Sua utilidade me vem como necessidade. O bom historiador não faz da história uma maçante análise de fontes, paulatinamente buscando nos documentos um sentido por si só, mecanicamente, sem sentir o favor, quase divino, em fazer da história seu campo de estudo e trabalho, perguntando-a, questionando-a.

Assim, o bom historiador verá na história a veracidade, há de ver na história prazer, há de enxergar na história sentido. A prática e a teoria, as quais definimos como práxis, serão a essência do trabalho exercido. Não existirá, neste belo ofício, a prática sem o embasamento teórico e o mesmo ocorre de maneira reversa. Porém, não quero embelezar este trabalho, muito menos fazê-lo a minha religião. Creio que, assim como em todas as profissões, o docente-historiador passa por inúmeros percalços, ser educador num país continental como o Brasil é um processo desafiador.

Contudo, há beleza neste desafio, loucos seriam aqueles que não a enxergassem. O campo da história se encontra aberto e está à espera da colheita, no

entanto, não se encontram trabalhadores. Portanto, digo, para os atuantes, que não se tornem como os antiquários criticados por Marc Bloch, amantes da soberba fantasiada de intelectualidade, para os iniciantes, que recebam com orgulho esse convite, pois dançar a dança da historiografia é, sem sombra de dúvidas, um deleite.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à tradução brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – 1º ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. Regulamenta a profissão de historiador. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2020.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. Apresentação à edição, Geraldo Gasparim - 1º ed - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLINTO, Bia. **Apologia da história**: part 1. YouTube, 09 jul. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/0TINbuJm5vQ>. Acesso em: 20 de fev. 2026.

OLINTO, Bia. **Apologia da história**: part 2. YouTube, 09 de jul. 2021. Disponível em: [https://youtu.be/abtIXv3cPfA?si=r\\_G\\_ZIbGHPRBhIv](https://youtu.be/abtIXv3cPfA?si=r_G_ZIbGHPRBhIv). Acesso em: 20 de fev. 2026.

ROSA, Guimarães João. **Grande Sertão: Veredas**. Biblioteca Luso-Brasileira; 1º ed, Volume II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

**Uma cidade sem passado**. Direção: Michael Verhoeven. 1990. Alemanha Ocidental: Filmverlag der Autoren; Sentana Filmproduktion; Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF), filme.